



INCLUSÃO NO BRASIL: MARCAS DE UMA EXCLUSÃO

Lucélia dos Santos Rodrigues (Pedagogia/UFPI/Parnaíba/biluceliavisao@gmail.com)

Marcos Junio Lira Silva (Pedagogia/UFPI/Parnaíba/marcos-junio100@hotmail.com)

Liliane Lima Freitas (Pedagogia/UFPI/Parnaíba/lilianephb@hotmail.com)

Dalva Vieira de Araújo (Prof.

Orientadora/Pedagogia/UFPI/Parnaíba/dalva.araujophb@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trará a tona vivências de estagiários que no 5º Período do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia se depararam com casos de crianças com necessidades especiais. Formandos estes que foram direcionados a trabalhar com as deficiências dessas crianças que ao menos tinham diagnóstico formalizado. Este trabalho apresentará que a Inclusão dita no Brasil está em palavras e no papel somente, essas experiências que aqui serão relatadas somam-se com muitos outros discursos de acadêmicos de cursos de licenciatura, de professores titulares da rede pública e privada, em especial da Cidade de Parnaíba – PI que não sabem lidar com as especificidades de cada aluno deficiente, pois as salas de aula são superlotadas, a sua formação é insuficiente, a escola não possui estrutura, a instituição não possui recursos e muitas das vezes o professor está sozinho para fazer ensinar e aprender os ditos normais enquanto tem de dar atenção o tempo todo para a criança especial.

PROBLEMÁTICA

Nos dias atuais deparamo-nos com movimentos sociais diversos que reivindicam por uma sociedade mais justa e igualitária. O motivo principal pelo qual esse tema é abordado é a necessidade de se repensar uma escola para todos, ou seja, onde pessoas com quaisquer necessidades ou ditas “normais” possam desfrutar da mesma educação, visto que não havendo essa oportunidade de participação, o destino seria a segregação e o isolamento que desfavorece seu desenvolvimento. Pois apesar da criação das leis que trazem as crianças especiais para serem incluídas na sala de aula, ainda não existe essa inclusão diretamente, a falta de infraestrutura e profissionais especializados torna a inclusão só superficial, pois uma escola inclusiva não é só aquela que recebe alunos com transtornos, síndromes e deficiências e sim quando há uma reestruturação para atendê-los, proporcionando um ensino de qualidade para todos.

OBEJETIVOS

Objetivamos apresentar que a Lei de Inclusão não oferece meios para que ocorra de fato no Brasil, aqui nos referimos em boa parte das escolas públicas do município de Parnaíba – PI. Se o governo acredita ser a Inclusão o ato de inserir a criança dentro da escola, da sala de aula, pra passar a manhã, à tarde, o dia, nesse contexto à inclusão existe, agora se incluir é agregar, oferecer as mesmas condições para elas e os ditos normais de aprendizagem, dispor de recursos para desenvolver-se, a escola não está preparada estruturalmente e seu corpo docente qualificado para atender essa clientela.

METODOLOGIA

O presente trabalho parte do relato de experiências de acadêmicos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus de Parnaíba com crianças com necessidades especiais que apresentam algum déficit ou transtorno, aqui em especial com crianças não diagnosticadas que fazem parte da realidade da maioria das escolas de ensino público na Cidade de Parnaíba – PI.



CONCLUSÕES

Março de 2012, fomos contratados como estagiários remunerados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Parnaíba, ao chegar a uma das escolas do município onde desenvolveríamos nosso trabalho deparamos com a fala da Diretora Adjunta da instituição que foi receptiva e “graças a Deus que a Secretaria de Educação enviou um estagiário, pois a escola tem um problema para resolver”. A escola atende turmas do 1º ao 4º Ano do Ensino Fundamental Menor e uma turma da Educação Infantil e está localizada em um bairro não muito humilde do município. Na instituição possui uma criança especial matriculada no 1º ano, mais que não estava naquele dia, pois a escola se negou a receber a criança, motivos: não tinha quem ficar com ela, não havia professor auxiliar na escola, nem salas de atendimento educacional especializado (AEE) e a criança segundo elas como se confirmou posterior com minhas observações não ficava em sala, queria sair da sala, fugir da escola, batia nos colegas, rasgava e arremessava o material dos outros alunos, jogando-as pela janela, no ventilador de teto, desse modo era impossível a professora ficar sem um auxiliar.

Com a chegada do estagiário a família fora comunicada e a criança veio no dia seguinte para a escola. Perguntei se a criança possuía diagnóstico, a professora e a avó que criava a criança afirmou que não. Mais a professora achava que ela era autista, hiperativa, ou seja, achava. O trabalho iniciara sem nada, nenhum tipo de recurso, pois a escola não tinha nada a oferecer, quando dizemos nada é nada mesmo, passava a tarde passeando com a criança pelos corredores da escola, ou me trancava com a aluna na biblioteca para descansar, pois ela queria invadir as salas, bater nos colegas, passado dois dias, sem saber o que trabalhar com a criança, pois não tinha diagnóstico e tudo o que oferecia para ela, ela jogava, rasgava, destruía, acabei cansando e fui por minha conta até a Secretaria de Educação do Município atrás de orientação, recursos, me responderam que esse não era meu papel e sim da gestora da escola, assim retornei para a escola no dia seguinte, ninguém dava importância para o caso e como estagiário sabia que estava contribuindo para uma exclusão, pois via que a criança não estava bem, incomodada, pois não sabia se comunicar, passado mais uns dias saí da escola. Com a minha saída fiquei sabendo que a criança sairá da escola e seu destino como tantas outras crianças com alguma necessidade especial permanecem hoje fora da escola ou se incluídas só no nome.

É preocupante verificar que mesmo após a criação de leis, existem casos como este citado acima. “As leis de inclusão e obrigatoriedade da matrícula não vieram acompanhadas de formação adequada aos educadores nem de condições de trabalho.” (MEIRELLES, 2013, p. 89). Apesar de leis específicas com relação a crianças com algum tipo de necessidade, espaços da escola não se adequam para receber essas crianças, seja fisicamente com relação à infraestrutura ou por profissionais que não se sentem preparados para receber crianças com qualquer outra síndrome. Não basta apenas criar leis, pois sozinhas não incluem a criança na escola. Sabe-se por lei que todos têm direito a uma educação igualitária e que todas as pessoas devem ter a oportunidade de serem educadas. “Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aula é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. (...)”. (MEC/SEEP, 2010, FASc 1, p.10).

PALAVRAS – CHAVE: Experiências. Docência. Inclusão. Exclusão.